

Arqueologia da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII)

Carlos Magno Guimarães - UFMG

Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia

Coordenador do Laboratório de Arqueologia

No contexto da expansão colonial europeia, a partir do século XVI, já se manifestavam as pretensões de descoberta de metais preciosos justificada pela perspectiva do que se convencionou chamar de mercantilismo. Tal perspectiva, associada à realidade colonial, permitiu que se desencadeasse, uma sucessão de tentativas com vistas à descoberta daqueles metais. Colônia portuguesa, o território brasileiro foi sistematicamente percorrido pelas expedições bandeirantes (de diferentes tipos e dimensões), até que nos últimos anos do século XVII, no território das Minas Gerais, foram evidenciadas as riquezas que iriam redirecionar o processo de colonização.

Descoberto o ouro, a região foi alvo de um intenso movimento de ocupação, dando origem a uma sociedade fortemente hierarquizada e extremamente heterogênea, marcada por toda sorte de conflitos.

A organização do trabalho teve na escravidão do africano uma das formas dominantes o que imprimiu traços marcantes à sociedade sendo notáveis os mecanismos de opressão e as modalidades de resistência desenvolvidas pela população escrava.

Indivíduos de todas as “qualidades e condições” integravam uma gama de categorias sociais imprimindo à sociedade mineira colonial um ritmo intenso, particularmente (mas não exclusivamente) no tocante à vida urbana.

Ao tratarmos da realidade colonial torna-se indispensável a referência ao aparelho do Estado. Nos primeiros momentos da colonização das Minas o braço colonial do Estado português não esteve presente, como seria de imaginar. A atuação do Estado quase sempre se fez a partir de situações criadas pela própria dinâmica da vida colonial. Um exemplo disto foi o caso da rebeldia escrava que determinou a ação do Estado a partir de suas ocorrências.

Para além da manutenção da ordem, a presença do Estado Colonial na região das Minas há que ser referida também à política de acumulação enquanto interesse do Império Colonial Português. É neste contexto que abarca tanto a política fiscal como as manifestações de rebeldia por parte dos colonos.

Para o caso das Minas Gerais a política fiscal da Coroa foi caracterizada por freqüentes mudanças na forma de cobrança dos impostos sobre o ouro. Este processo envolveu, desde o início, interesses conflitantes. De um lado a Coroa pretendia aumentar a arrecadação evitando a sonegação; do outro lado havia a sonegação por parte dos colonos associada ao progressivo esgotamento das jazidas.

Quando o volume dos quintos atingia um nível intolerável para a Coroa, a forma de cobrança era alterada, permitindo uma recuperação imediata. Logo em seguida tinha início uma queda gradativa da arrecadação, levando a uma nova mudança, em momento posterior. E esta atuação do Estado, caracterizando a situação colonial, não se fez sem reações dos colonos. As inúmeras revoltas de caráter anti-fiscal são uma evidência disto.

Mas, se por um lado a mineração foi a atividade nuclear na origem da colonização das Minas, a diversificação da economia foi seu contraponto. Como a ocupação das Minas se deu através de um grande deslocamento populacional para a região, tal fato acabou constituindo um mercado interno que funcionou no sentido de fomentar o desenvolvimento de outras atividades. A agricultura, praticamente desde o início, foi uma atividade desenvolvida paralelamente à mineração. Em que pese a visão tradicional que coloca a atividade minerária quase como exclusiva na primeira metade do século XVIII estudos recentes mostram que a realidade era outra. A própria Coroa portuguesa viu a necessidade de desenvolver atividades que servissem de suportes da atividade minerária; e este era o caso da agricultura.

Associadas às atividades agrícolas eram desenvolvidas tanto a pecuária quanto a transformação de alimentos para os mercados rural e urbano. Na pecuária, predominava o gado bovino, além do cavalari e dos muare, caprino e ovino. A importância da atividade pode ser atestada pela existência de uma elite proprietária escravista com presença

marcante em alguns dos conflitos internos da Colônia. A pecuária aparece como atividade de caráter escravista, e submetida ao risco de imposições fiscais (Rebelião de 1736) ou ela dá a tônica a um movimento ao qual é imputada, dentre outras, uma natureza de guerra de abastecimento (Emboabas).

Nas atividades de transformação, destacam-se aquelas que envolviam o leite (queijo); a cana-de-açúcar (rapadura e aguardente); a mandioca (farinha e polvilho); e o milho (fubá e farinha). Tais produtos evidenciam a consolidação das Minas Gerais como um amplo mercado, no qual os universos urbano e rural estiveram intensamente articulados. É nesse contexto que a atividade minerária deve ser abordada, quando se considera tanto o meio ambiente como o intenso processo de urbanização.

Considerada na sua relação com o meio ambiente a mineração remete, dentre outras, a uma questão inicial básica: como é que as condições ambientais influenciaram o aparato técnico e as formas de extração do ouro e/ou diamantes?

Do ponto de vista técnico, a atividade extrativa foi condicionada por dois tipos básicos de terreno: os leitos de rios e terraços (ou tabuleiros) por um lado, e as encostas ou barrancos por outro, configuraram os tipos de técnicas utilizados. Em ambos os casos as ferramentas, equipamentos ou recursos técnicos de infra-estrutura (construções) foram articulados em função da natureza da jazida e dos recursos disponíveis.

Há uma idéia recorrente sobre as Minas Gerais segundo a qual a atividade minerária seria mais democrática já que podia ser exercida individualmente por quem não tivesse recursos (técnicos e/ou financeiros). Se por um lado a afirmativa tem sentido, por outro não considera as possibilidades de retorno do minerador, segundo as condições objetivas de exercício da atividade. A quantidade de recursos disponíveis em ferramentas, equipamentos, mão-de-obra, infra-estrutura etc. determinava grande parte das possibilidades de retorno dos investimentos. Evidentemente há que se considerar a variável ditada pela “incerteza do achado”: um grande investimento poderia redundar num grande fracasso.

Para a extração em terraços e leitos de rios, além da mão-de-obra, os recursos técnicos demandados incluíam ferramentas (sarilhos, canoas, etc); construções (barragens, canais, desvios, molinetes, muros de arrimo etc.); e elementos como couros de boi, panos de fabricação grosseira etc. Uma unidade de mineração não necessitava contar com todos estes elementos; se alguns deles eram indispensáveis em qualquer empresa, a presença de outros dependia de condições específicas, como os recursos do proprietário.

Independente das dimensões da unidade produtiva, a atividade extrativa implicava pelo menos dois momentos: a retirada do sedimento de seu depósito original e a lavagem para apuração. Dependendo das dimensões do empreendimento e das condições ambientais, estas atividades poderiam ser desdobradas em fases intermediárias.

A construção de elementos de infra-estrutura (desvios, barragens de derivação, canais etc.) demandava recursos e prazo de carência, o que os limitava aos mineradores de maiores posses. A construção de desvios associados a barragens foi comumente utilizada para que os leitos de rios e córregos pudessem ser explorados. Com o desvio, as águas eram retiradas do leito natural, permitindo que um trabalho a seco.

Para a extração em barrancos ou encostas, onde o ouro estava localizado em níveis mais profundos, as soluções técnicas adotadas implicavam o desmonte. Esta modalidade também estava limitada a um número reduzido de mineradores pela quantidade de recursos necessários. Eventualmente um grupo de mineradores poderia se associar para potencializar seus recursos. A técnica do desmonte demandava tipos específicos de infra-estrutura, geralmente associada ao relevo.

O desmonte era feito com jatos d'água e de um trabalho constante para revirar o sedimento e transformá-lo em lama. Esta era carregada para tanques de decantação (mundéus) onde as partículas de ouro se precipitavam e ficavam depositadas nos níveis mais baixos. A lama era posteriormente escoada, passando por um canal coberto com couros de boi onde as partículas de ouro ficavam presas nos pelos. Em seguida os couros eram batidos, sendo o material recolhido e apurado em bateias.

A importância da água para esta variedade de extração determinava às vezes que fosse transportada de longas distâncias, por canais escavados no terreno e/ou na rocha, ou ainda construídos sobre estruturas de madeira (bicames) quando o relevo não era favorável. Para o complexo acima referido, usamos a denominação de sistema hidráulico.

A técnica do desmonte exigia recursos materiais e grande quantidade de mão-de-obra para que o funcionamento da unidade produtiva, limitando seu uso a um menor número de mineradores. Da mesma forma, atuava o rosário, equipamento destinado à elevação da água, geralmente utilizado nas áreas onde a sua infiltração colocava em risco a atividade minerária. Também denominado “nora”, este apetrecho, pelo seu custo, era limitado aos mineradores de maiores posses; identificados por isso como “mineiros de roda”. Dos maquinismos utilizados no universo da atividade minerária, o rosário foi, sem dúvida, o mais notável.

Ainda que preliminar, a análise das técnicas na mineração setecentista permite uma dupla conclusão: se havia um condicionamento histórico limitante das técnicas e da produtividade, aqueles mineradores foram extremamente eficazes no tocante a uma série de resultados que se propuseram atingir como: represamento e desvio de rios e córregos; transporte de água; desmonte de encostas; deslocamento de quantidades monumentais de sedimento etc. É certo que esta eficácia apresentava um contraponto na ineficiência dos processos de apuração. Muito do ouro, retirado de seu local de deposição, não foi apropriado, apenas mudando de lugar, pelo processo de extração minerária.

Além disso, o condicionamento histórico fica evidente quando se compara a produção setecentista com aquela desenvolvida a partir da entrada das empresas estrangeiras (no século XIX) configurando uma nova fase na história da mineração.

No que diz respeito ao vínculo entre atividade minerária e o processo de urbanização ocorrido na região das minas, a questão que se levanta diz respeito às possibilidades colocadas pela relação entre ambos. Dito de outra forma, a questão a ser respondida é: por que a atividade minerária propiciou o surgimento de núcleos urbanos em alguns pontos e em outros não? E mais, por que apenas alguns núcleos sobreviveram à decadência da

atividade minerária? A resposta para tais questões passa pela extensão, a produtividade e a duração das jazidas, permitindo que a população se fixasse (e a fixação se consolidasse) durante a sua exploração.

A possibilidade de formação de núcleos urbanos passava ainda pela estrutura de poder e por mecanismos que permitiam a concentração da propriedade das lavras embora esta, aparentemente, não fosse a perspectiva da Coroa. É possível que a concentração da propriedade das lavras e a natureza dos grandes empreendimentos tenham funcionado como limitadores da ocupação/urbanização em determinadas áreas.

Por sua vez, a decadência e o desaparecimento de núcleos urbanos devem ser considerados à luz da relevância que a atividade minerária teve em sua origem (e consolidação) e a relação com as demais atividades e com o meio rural. Acresce-se a isto a inserção, destes núcleos que desapareceram, na estrutura de poder da Colônia e também com relação ao Estado colonial. Junto com estes aspectos deve ser levada em conta a existência de atividades que pudessem substituir a atividade minerária quando da sua crise.

Como foi dito acima o significado da urbanização deve ser pensado em sua dimensão política (na dinâmica da vida colonial), considerada a inserção desta no denominado Antigo Sistema Colonial.

Uma ressalva deve ser feita; a visão mais tradicional sobre a realidade mineira setecentista tem atribuído à vida urbana tal preponderância que, o universo rural quando não desaparece torna-se absolutamente desimportante.

A clivagem entre o urbano e o rural na sociedade mineira setecentista não pode ser vista nos mesmos moldes de uma realidade atual. Dentre outros motivos porque a atividade nuclear que impulsionou a colonização nunca apresentou um caráter exclusivamente urbano ou rural. Significa dizer que ela se desenvolveu tanto em um meio quanto no outro. E mais, desenvolvida inicialmente como atividade rural ela propiciou, no entorno das minas, o surgimento e a consolidação dos núcleos urbanos.

Isso remete à necessidade de se pensar a urbanização enquanto processo que integra uma unidade/totalidade mais ampla, onde a mineração foi uma das faces, mas não a única e nem a que determinou o processo todo o tempo.

A atividade minerária desenvolvida na região das Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX deixou um imenso conjunto de vestígios que constituem um precioso acervo de informações a serem pesquisadas e um patrimônio a ser preservado. Embora este patrimônio esteja sendo rapidamente destruído, por diferentes tipos de agentes, o que ainda resta pode permitir elucidar questões importantes sobre o processo de constituição da sociedade mineira. Para o Estado de Goiás cabe o mesmo tipo de observação.

O Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais vem desenvolvendo pesquisas no sentido de descobrir e analisar tais vestígios, e de propor medidas de proteção para tal patrimônio.

Na perspectiva em que os trabalhos são realizados a pesquisa arqueológica apresenta um caráter complementar com relação aos documentos de época (textuais) e à iconografia relativa ao período (e realidade) em questão.

Embora os documentos relacionados à atividade minerária possam conter um grande volume de informações, com relação às questões técnicas estas são lamentavelmente precárias. Por seu lado a Arqueologia, através dos vestígios, pode obter dados com uma precisão inexistente em outras fontes.

Cabe aqui uma ressalva. Embora a iconografia sobre a Mineração seja extremamente rica deve ser levado em conta o fato de que no mais das vezes as representações são idealizadas. Embora enquanto fontes elas ajudem a compreender aspectos das práticas minerárias, tal contribuição deve ser confrontada com dados de outras naturezas. As pesquisas arqueológicas têm evidenciado uma série de possibilidades. Dentre elas cabe citar a identificação das áreas submetidas às atividades extrativas, a compreensão do funcionamento dos sistemas hidráulicos, e, logicamente, sua inserção no contexto ambiental.

A atividade minerária de tal forma impactava o ambiente que seus vestígios ainda se encontram visíveis mesmo depois de passados mais de dois séculos da sua desativação. Os vestígios de barragens, canais, bicames, áreas de desmonte, mundéus, rosários, galerias, montes de sedimento revirado, desvios etc, são incontáveis e ricos em informações.

É importante registrar que em geral, tais vestígios não estão isolados. Um canal, por exemplo, quase sempre estabelece a ligação entre dois outros vestígios: uma barragem ou represa de captação em uma extremidade, e uma área de extração em outra. As áreas de extração podem conter ainda muros de arrimo, mundéus, montes de rejeito etc. Disto decorre a necessidade de tratar cada vestígio como parte de uma realidade mais ampla e complexa.

A análise de cada tipo de vestígio remete ainda a outras questões fundamentais como a organização do trabalho (quando são considerados aspectos como a especialização da mão-de-obra) e as etapas/fases da atividade extrativa (considerado o trabalho coletivo).

A presença de vestígios arqueológicos remanescentes da atividade minerária pode ser detectada tanto no meio urbano quanto no meio rural. Quando esta presença se dá nos meios urbanos é evidente a correlação entre aquela atividade e o fenômeno da urbanização. O que é lamentável nestes casos é que em geral a expansão urbana atual feita à revelia de qualquer preocupação com a preservação de tais vestígios. Assim, nos principais núcleos urbanos originados a partir da mineração setecentista é comum e lamentável ver um rico patrimônio arqueológico ser utilizado como alicerce de construções; quando não são demolidos para reutilização do material. Um exemplo trágico deste processo é o caso do Morro da Queimada em Ouro Preto. A omissão do poder público é, sem dúvida, um dos maiores responsáveis pelo intenso processo de destruição do patrimônio histórico-arqueológico.

Esta realidade, que se manifesta em praticamente toda a área onde se desenvolveu o “Ciclo do Ouro” está a exigir estudos e medidas de proteção em um ritmo mais rápido que o processo de destruição ao qual vem sendo submetida.